

Choque de Civilidade

Rio de Janeiro, cidade maravilhosa, cheia de alegria e desordem. Essa foi a máxima que caracterizou o Rio após a perda do posto de capital federal e findo regime militar. No entanto, o poder público carioca e fluminense com apoio do governo federal dá sinais de compreensão do problema e ensaia passos fundamentais para o resgate do Rio com o Choque de Civilidade.

Mudanças dessa monta, incluindo não só a perda da identidade federativa, bem como a capacidade de impor leis e regras tendo em vista a mudança do regime, têm conseqüências relevantes para qualquer região. Claro que a maturação e a busca de novo norte é um processo árduo. No entanto, o entendimento e as orientações de nosso Prefeito Eduardo Paes aliados aos discursos e ações de nosso Governador Sérgio Cabral sugerem que o processo de declínio relativo do Rio de Janeiro tenha chegado ao fim. Assim como a fronteira do conhecimento de economia, nosso alto poder executivo entende que o resgate e desenvolvimento do Rio passam pela garantia do direito de propriedade com a presença do estado – a civilidade.

A importância da civilidade para o desenvolvimento ficou clara com a transição de países da antiga cortina de ferro para o capitalismo. O Professor de Harvard, Andrei Shleifer, natural da União Soviética, acompanhou este processo de perto e sugeriu em diversos estudos que o desenvolvimento se dava mais rápido, onde o cidadão tinha mais acesso a garantia de seu direito de propriedade através do estado regulatório e das cortes. Ou seja, em países onde havia mais agilidade para tirar-se licença para abrir um bar e onde disputas podiam ser resolvidas mais rapidamente na justiça, houve crescimento mais acelerado. A importância desta constatação foi tal que hoje o Banco Mundial conduz pesquisa regular sobre estes indicadores. A pesquisa chama-se Fazendo Negócios, ou “Doing Business” em seu original.

Trocando em miúdos, civilidade significa ter direito ao que se cria e ao que se faz. Se o Seu João decidir vender bananas em certo endereço. Com o tempo membros da comunidade saberão: que caso queiram fazer um lanchinho podem passar lá, no Seu João. Vejam que disponibilizar bananas em certo endereço com regularidade gera valor para a sociedade e Seu João só poderá se apropriar deste valor caso esteja registrado e tenha propriedade daquele ponto comercial. Mas se o registro for muito dispendioso em tempo ou recursos, Seu João deixará de lado o valor futuro de seu ponto comercial. Em contrapartida, se for barato, o valor do ponto comercial representará mais um incentivo ao trabalho e ao desenvolvimento.

Ademais um processo muito dispendioso de regularização pelo poder público implica a exclusão de camada da sociedade da regulação pelos

poderes constituídos. Cria-se assim um vácuo de poder eventualmente ocupado pela milícia ou pelo tráfico com conseqüências negativas para a segurança da população, já que poder paralelo significa armas nas mãos de organizações não constituídas. Como mostrei em artigo que escrevi com um grande carioca e Professor de Harvard, Filipe Campante, esse arranjo político-econômico pode aumentar a desigualdade social.

Em resumo, a ocupação do Morro Dona Marta e da Cidade de Deus pela Polícia Militar do Governador Sérgio Cabral e os esforços para a Desburocratização do Governo Eduardo Paes são sinais de que o poder público está trabalhando pela civilidade, desenvolvimento e redução da desigualdade social com conseqüências positivas para os cofres públicos e, portanto para os serviços de saúde e educação oferecidos à nossa população.

Igor Barenboim é PhD em Economia por Harvard e Subsecretário de Administração da Prefeitura do Rio de Janeiro